

O engenheiro e o inquérito: as habitações operárias no Distrito de Santa Ifigênia, São Paulo, 1893.

The engineer and the inquiry: the working class housing at the District of the Santa Iphigenia, São Paulo, 1893.

Maria Alice Rosa Ribeiro¹

1. Professora adjunta aposentada, Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Araraquara, FCL/UNESP. Pesquisadora Colaboradora do Centro de Memória – UNICAMP, CMU. Mestre em História, UNICAMP. Doutora em Economia, UNICAMP, Livre docente em Formação Econômica do Brasil, UNESP. Pós Doutorado, Institute Latin American Studies, ILAS, Universidade de Londres. End. Profissional: Centro de Memória, Unicamp. Rua Sérgio Buarque de Holanda, 800, CEP 13083-970. Campinas SP. E-mail: mariaalicerosaribeiro@gmail.com.

2. O seminário foi realizado na Faculdade de Saúde Pública da USP, em 8 de dezembro de 2014, por iniciativa do Centro de Vigilância Sanitária (CVS/SES-SP), da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), e do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-UNICAMP). Agradeço aos organizadores do evento – Prof. Luis Sérgio Ozório Valentim, Profa. Gabriela Marques di

Resumo

O artigo tem três propósitos: marcar a iniciativa e a participação do engenheiro Theodoro Sampaio no inquérito sobre as habitações de trabalhadores no distrito de Santa Ifigênia; apontar que o relatório final e as 65 fichas do exame e da inspeção das habitações operárias constituíram o documento fundamental para a formulação do primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo, em 1894; conhecer os moradores dos cortiços de Santa Ifigênia na última década do século XIX, com base nas fichas do inquérito.

Palavras-chave

Theodoro Sampaio; São Paulo; cortiço, trabalhadores, saúde pública, código sanitário.

Abstract

The article has three main purposes: to show the initiative and participation of the engineer Theodoro Sampaio in the inquiry on the laborers dwelling in the Santa Iphigenia district; to point to the fact that the final report and the 65 cards of the inspection of

Giulio e Profa. Cristina de Campos – pelo convite para realizar a abertura do evento e a palestra que resultou no presente artigo.

3. Decreto nº. 233, de 2 de março de 1894

4. Para uma análise das posturas municipais, ver Cerasoli (2004, p.56-75 e p. 204-215) e Bresciani (2010, p.19-21)

the slums became the fundamental document to the creation of the first Sanitary Code of the State of São Paulo, in 1894; to know the dwellers of the Santa Iphigenia slums in the last decade of nineteenth century, based on cards of the inquiry.

Key-words

Theodoro Sampaio; São Paulo; slums, working class, public health; code sanitary.

Introdução

Em 2014, comemoraram-se os 120 anos da promulgação do primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo. Para rememorar o acontecimento- marco institucional da saúde pública do Estado de São Paulo – foi realizado o seminário “120 anos de Legislação Sanitária: os muitos percursos do desenvolvimento paulista – 1894 a 2014”.² Do evento surgiu a ideia do presente artigo.

O Código Sanitário de 1894,³ ao reunir normas dispersas nas Posturas Municipais,⁴ revelou-se um instrumento legal de maior abrangência e detalhamento no âmbito da saúde pública de São Paulo. Consolidou um conjunto de procedimentos relativos à organização do espaço urbano (arruamento e praças), à construção de habitações e de edifícios e à saúde dos moradores da cidade. Em seus 520 artigos, o código tratou da ordem urbana, do padrão de construção higiênica de habitações e edifícios públicos – escolas, cadeias, hospitais – e privados: fábricas, oficinas, lojas, açougues e mercados. Definiu medidas de prevenção e tratamento de moléstias epidêmicas e infectocontagiosas. Determinou a vacinação e a revacinação, listou as moléstias de notificação obrigatória e fixou penalidades, para o não cumprimento da lei. Além disso, definiu a primeira legislação sobre o trabalho de mulheres e menores nas fábricas e nas oficinas.

Na década de 1880, com a expectativa da extinção da escravidão, o governo da Província de São Paulo passou a agir de forma a amenizar a transição do trabalho escravo para o livre no sentido de evitar a crise de braços na lavoura exportadora. Como

alternativa à substituição do escravo, foi aprovado pela Assembleia Estadual, em 1884, um programa de subsídio à imigração de europeus, que, em pouco menos de dois anos, propiciou a entrada de 133 mil trabalhadores imigrantes, número superior ao de escravos. Em maio de 1888, quando a Lei Áurea foi assinada, extinguindo a escravidão no território nacional, a tão esperada crise nos trabalhos agrícolas não ocorreu, porque estes estavam sendo realizados pelos “colonos”, principalmente de origem italiana, e, por escravos e libertos.

No plano político, a abolição do trabalho escravo levou a Monarquia a perder sua base de sustentação, os grandes proprietários de terras e de escravos. A elite escravista ressentida com a extinção da escravidão sem indenização dos proprietários retirou seu apoio à Monarquia. Obviamente, o apoio à República escancarava o fato de que aos olhos da elite proprietária a família imperial passou a não mais servir à defesa dos seus interesses. Desde 1870, a ideia de um regime político republicano alastrava-se entre segmentos de intelectuais, estudantes, profissionais liberais e membros do exército, mas somente com a abolição da escravidão sem indenização, a mudança tornou-se uma possibilidade real, porque trouxe para a causa republicana o poder político dos grandes proprietários de escravos. Um ano e seis meses após a abolição da escravidão, a Monarquia caía e a República era proclamada.

Nos agitados anos finais da década de 1880, marcados pelo crescimento explosivo da população, graças à imigração subsidiada; pela abolição da escravatura; e pela agitação republicana, as condições da saúde pública agravaram-se, com a eclosão da epidemia de febre amarela nas cidades distantes do litoral santista. Em 1889, pela primeira vez, a epidemia eclodia em Campinas, porta de entrada para a região cafeeira denominada “Oeste paulista” – Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto –, justamente a região econômica mais próspera, por onde seguia a expansão das lavouras de café e para onde seguiam os imigrantes. A chegada da febre amarela àquela região fez soar o alerta sobre

5. A secretaria atuava em três frentes: saúde pública, educação pública e divisão administrativa do estado.

6. Em 1899/1901 houve a inclusão do Instituto Soroterápico do Butantan no Serviço Sanitário. Segundo Costa (2003 p. 214), a Lei n. 432, de 3 de agosto de 1896, que reestruturou o Serviço Sanitário, foi elaborada com base na discussão de três projetos: do Dr. Dino Bueno, do Dr. Joaquim José da Silva Pinto e de Theodoro Sampaio. Com base em rigorosa pesquisa nos diários de Theodoro, conservados no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Costa afirma que o Decreto n. 394, o qual regulamenta a Lei n. 432, foi redigido por Theodoro Sampaio.

a urgência de uma política de saúde pública, a fim de evitar a interrupção da expansão cafeeira e da política de imigração para abastecimento do mercado de trabalho. Após 1889, a epidemia passou a eclodir regularmente nas cidades cortadas pelas ferrovias que transportavam os novos imigrantes e as mercadorias para a região cafeeira do “Oeste paulista”.

Foi a ameaça à continuidade da imigração e da cafeicultura que levou o governo do Estado de São Paulo a organizar uma estrutura de instituições responsáveis pela definição e execução da política de higiene e saúde públicas. Ao mesmo tempo, a eclosão de epidemias coincidiu com a institucionalização da ordem republicana federativa, que mobilizou a elite política e econômica paulista para assumir a responsabilidade pela construção do aparelho do novo regime político nas esferas municipal, estadual e nacional.

No plano da saúde pública, entre 1891 e 1892, junto à recente Secretaria dos Negócios do Interior,⁵ foram criados o Conselho de Saúde, responsável pela emissão de pareceres acerca da higiene pública, e a Diretoria de Higiene, responsável pelo cumprimento das medidas sanitárias, tendo como seções auxiliares o Laboratório Farmacêutico, o Laboratório de Análises Químicas, o Laboratório Bacteriológico e o Instituto Vacinogênico. Diretamente ligado à Diretoria de Higiene, foi criado o cargo de engenheiro sanitário consultor, tendo sido o engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937) nomeado para o cargo pelo presidente do estado, Bernardino de Campos, em 14 de setembro de 1892 (RIBEIRO, 1993, p. 27-28).

Foi como primeiro engenheiro sanitário consultor que Theodoro Sampaio participou das discussões para a formulação do primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894 e para a reestruturação do Serviço Sanitário, pela Lei n. 432, de 3 de agosto de 1896, que montou a estrutura básica da saúde pública mantida até 1911.⁶

No âmbito das discussões da política de saúde pública, Theodoro Sampaio, já no cargo de engenheiro sanitário, propôs o inquérito sobre as

7.
O Arquivo Público do Estado de São Paulo e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo divulgaram edição fac-símile do relatório e das fichas na publicação intitulada: *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização*, de Simone Lucena Cordeiro (org.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. Para essa publicação, preparei tabelas estatísticas com base nos dados contidos nas 65 fichas do relatório e fiz uma primeira análise no texto intitulado *Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893)* (RIBEIRO, 2010, p. 39-78). No presente artigo, aprofundo a análise com base nas tabelas estatísticas, já publicadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, e incorporo novos temas.

8.
Dr. Cesário Motta (1847-1897) era médico e foi secretário durante o governo de Bernardino de Campos, de 1892 a 1896.

condições das habitações dos operários e dos cortiços no distrito de Santa Ifigênia, onde ocorreram três casos fatais de febre amarela em 1893. Provavelmente, o engenheiro sanitário pensou em subsidiar as discussões sobre a política de saúde pública com uma rigorosa investigação no bairro da capital, onde a febre amarela havia feito vítimas fatais. Importa ressaltar que o relatório produzido pela Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e dos cortiços de Santa Ifigênia tornou-se referencial para a formulação dos artigos do Código Sanitário de 1894, com respeito em especial, à habitação dos trabalhadores pobres.⁷

Origem da Comissão de exame e inspeção dos cortiço

Três ofícios encaminhados pelo engenheiro sanitário da Diretoria de Higiene, Theodoro Sampaio, ao Secretário dos Negócios do Interior, Dr. Cesário Motta,⁸ demonstravam sua preocupação com o saneamento da capital e com a saúde pública. No primeiro deles, enviado um mês após sua nomeação, Theodoro Sampaio apontava para a necessidade da instalação do abastecimento de água e da rede de esgoto e da extinção de fossas e poços ainda em funcionamento, apesar de condenados. Na qualidade de consultor, o engenheiro sanitário deveria aconselhar e propor medidas – tais como drenagem do solo, abastecimento de água e sistema de esgoto – para prevenir e debelar a ocorrência de moléstias transmissíveis.

Nos fins do século XIX, quando o conhecimento das causas das moléstias infectocontagiosas estava consolidado, graças às descobertas e às experiências de Pasteur e de seus discípulos, formou-se o consenso entre os médicos de que a redução de moléstias e epidemias dependia da realização de obras urbanas, do estabelecimento de uma rede de água potável, da construção do sistema de esgoto e da melhoria nas condições das moradias dos pobres. Ou seja, era preciso que o poder público assumisse a responsabilidade por ações que visassem extinguir os *habitats* dos agentes patológicos, por meio

9. Antonio Francisco de Paula Souza foi ministro das Relações Exteriores durante quase cinco meses em 1893. Em abril de 1893, Floriano Peixoto nomeou Paula Souza ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, para substituir Innocencio Serzedello Correa (12/11/1892 a 17/12/1892). No governo de Floriano Peixoto, o antigo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas teve seu nome alterado para Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (CAMPOS, 2010, p.226).

de medidas saneadoras. Os trabalhos de saneamento e controle de epidemias envolviam conhecimentos de engenharia e de medicina, e os profissionais das duas áreas deveriam atuar em conjunto (BRESCIANI, 2010, p. 28-32; CERASOLI, 1998, p. 118-126). Sem dúvida, essa foi a razão da criação do cargo de engenheiro sanitário ligado diretamente à Diretoria de Higiene do serviço sanitário de São Paulo.

No verão de 1893, a epidemia de febre amarela grassou em Santos e nas cidades do interior, tributárias das estradas de ferro Paulista e Mogiana: Campinas, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara. A cidade de São Paulo, que até então permanecera livre da febre amarela, registrou três casos de óbito, todos ocorridos no distrito de Santa Ifigênia, região central da capital, e na mesma Rua dos Gusmões.

Em abril de 1893, o secretário dos Negócios do Interior, Cesário Motta Jr. felicitou Antonio Francisco de Paula Souza por sua nomeação como ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas.⁹ Na mesma nota, o secretário mostrava-se preocupado com a situação de Santos e com a persistência da epidemia de febre amarela:

Continuo a trabalhar. Infelizmente o Serzedello nada fez por Santos! Nem responder ao ofício que lhe mandei! E ainda estão no hospital de isolamento 62 doentes da febre amarela, sendo alguns casos [-] a esta cidade! (PS893. 04.25, citado por CAMPOS, 2010, p.227).

Esses episódios, provavelmente, influenciaram no encaminhamento do segundo e do terceiro ofícios, nos quais Theodoro Sampaio delimitava a área sujeita à intervenção, àquela onde ocorreram os óbitos por febre amarela. No ofício, o engenheiro constava que “a topografia, drenagem natural, lençol d’água subterrânea, sistema de esgoto são bastante desfavoráveis e até certo ponto perniciosos à saúde desse popular bairro” (CORDEIRO, 2010, P.12). Alertava para a situação do bairro de Santa Ifigênia, sem saneamento, com densa população e moradias sem

10.

No relatório aparecem as assinaturas dos médicos: Dr. Candido Espinheira, Dr. Cunha Vasconcellos e Dr. Marcondes Machado, que eram delegados de higiene. Jaime Rodrigues (2010) afirma que, provavelmente, o Dr. Marcondes Machado fosse o médico José Francisco Marcondes Machado, pai do engenheiro Alexandre Marcondes Machado, mais conhecido pelo pseudônimo Juó Bananêre (RODRIGUES, 2010, p.83). Eu presumi que o Dr. Marcondes Machado fosse Octavio Marcondes Machado, inspetor sanitário de Campinas (RIBEIRO, 1993, p.73; RIBEIRO, p. 2010, p.40). Maria Inez Machado Borges Pinto cita o Dr. Cunha Vasconcellos, como sendo “médico responsável pelo serviço sanitário em 1892, que propunha medidas severas, [...] até mesmo violentas contra o estado de imundícies e insalubridade em que se acham diversas pensões, açougues, mercearias e botequins da cidade” (PINTO, 1994, p. 121). Teixeira (2007, p.65) cita o médico Gregório da Cunha Vasconcellos como um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Persiste a dúvida: não sei se os autores estão falando da mesma pessoa.

11.

Theodoro Fernandes Sampaio era filho de escrava nasceu em 7 de janeiro de 1855 na senzala do Engenho Canabrava, em Santo Amaro, Bahia. Ingressou em 1871 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Formou-se em 1876 na primeira turma de Engenharia Civil da referida escola. Nos últimos anos, foram feitos muitos estudos sobre a formação e a atuação de Theodoro Fernandes Sampaio. Em 2007-2008 foi realizada uma exposição no Museu Afro Brasil: “O sábio negro entre os brancos Theodoro Sampaio”. Para as referências sobre a atuação de Theodoro, apoiiei-me em alguns destes trabalhos: Araujo, Santos e Sena, 2008; Costa, 2003; Santos, 2010.

higiene, o que colocava a cidade sob o risco de uma “invasão epidêmica”.

No último ofício dirigido ao secretário, à Câmara Municipal e ao chefe de Polícia, o engenheiro foi mais direto e solicitou a formação de uma comissão para fazer “um arrolamento das estalagens ou cortiços existentes no bairro afetado pela febre amarela”. Após esse ofício, o secretário dos Negócios do Interior criou a Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Sta. Ifigênia e nomeou para integrá-la três médicos e dois engenheiros. Os médicos eram Dr. Candido Espinheira, Dr. Marcondes Machado e Dr. Cunha Vasconcelos; os engenheiros eram Luiz César do Amaral Gama, engenheiro-chefe da Repartição de Obras do Município e o próprio Theodoro Sampaio, que havia proposto a investigação. A composição da comissão envolvia profissionais ligados à administração do município da capital e à administração estadual. Temos algumas informações sobre a atuação profissional dos componentes da comissão. Candido Espinheira, na época, era delegado estadual de higiene; mais tarde assumiu a Direção do Hospital de Isolamento (1894-1915) e a chefia da clínica do Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia. Luiz César do Amaral Gama (1848-1921), nascido em Campos, no Rio de Janeiro, era engenheiro civil. Foi engenheiro da Câmara Municipal de São Paulo, registrado como funcionário regular a partir de 1886 (CERASOLI, 2004, p.56, 276, 277 e 278) e na época atuava na Diretoria de Obras do município (RODRIGUES, 2010, p.83). Sabe-se muito pouco sobre as atividades dos demais membros.¹⁰

Quanto ao engenheiro Theodoro Sampaio (1855-1937),¹¹ este era bastante conhecido e teve uma atuação destacada na urbanização da capital paulista – mas não só, como veremos em seguida.

O Engenheiro – Theodoro Sampaio

Sem dúvida, em 1893, Theodoro Sampaio já era bem conhecido, quer nos meios científicos, quer nas atividades relacionadas à navegabilidade das bacias hidrográficas do rio São Francisco e do rio

Paranapanema e ao mapeamento de uma extensa área do território nacional. Antes de vir para São Paulo, em 1886, a convite do geólogo norte-americano, Orville Adelbert Derby (1851-1915), para trabalhar como engenheiro de primeira classe na recém-criada Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo- CGGSP -, Theodoro havia trabalhado como engenheiro - na Comissão Hidráulica do Império, onde estudou as condições de navegação pelo rio São Francisco (1879-1881); no Prolongamento da Estrada de Ferro de Salvador ao rio São Francisco, onde avaliou a situação geológica e topográfica dos terrenos atravessados pela estrada e propôs as obras de engenharia adequadas ao funcionamento da ferrovia (1882-1883); e na Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco, onde avaliou e projetou obras para favorecer as condições de navegabilidade do rio (1883-1886). Para a execução desses trabalhos, Theodoro percorreu e descreveu uma parte não desprezível do território nacional, apontando aspectos geográficos, topográficos, geológicos e econômicos e elaborando mapas, representações cartográficas e desenhos da paisagem, da mata, da vegetação, das águas, das pedras, da arquitetura e dos moradores dos lugares percorridos. O longo rio São Francisco foi o mestre prático de sua aprendizagem como engenheiro, historiador, geógrafo, geólogo, cartógrafo, assim como o rio Paranapanema foi outra vereda para conhecer e aprender sobre novas paisagens, disputas e novas culturas: a questão da terra, os conflitos entre a expansão do capitalismo e as tribos indígenas do sertão desconhecido de São Paulo, a língua e os costumes dos tupis-guaranis. Foi nos trabalhos no vale do rio Paranapanema que Theodoro elaborou a primeira geodésica no Brasil.

Na Comissão Hidráulica do Império, Theodoro foi assistente de Orville Derby e encarregado do levantamento topográfico para a confecção de mapas. A comissão percorreu Pirapora, em Minas Gerais; Juazeiro, na Bahia; Jatobá (Petrolândia, atualmente) em Pernambuco; e Alagoas. Quando a comissão chegou à Cachoeira de Paulo Afonso, o deslumbramento do engenheiro diante da natureza só



Figura 1.
Cachoeira de Paulo Afonso vista
por Theodoro Sampaio, 1879.
Fonte: Araujo, Santos e Sena.12

lhe permitiu dizer: “Paulo Afonso vê-se, sente-se, não se descreve” (SAMPAIO, 1905, p.21, citado por SANTOS, 2010, p. 129).

Observador atento, Theodoro registrava as condições climáticas, a luminosidade e a história da ocupação dos lugares e avaliava a navegabilidade e a viabilidade econômica da região. A expedição pelos sertões permitiu que Theodoro fosse um pioneiro na cartografia regional. Com a morte do engenheiro William Milnor Roberts em 1881, os trabalhos da Comissão Hidráulica do Império foram interrompidos, tendo sido retomados somente em 1883, com a criação da Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco.

No intervalo, Theodoro trabalhou na Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco. Ficou encarregado de calcular e projetar pontes metálicas e as obras de arte nos 450 km de prolongamento da ferrovia de Salvador até as barrancas do rio São Francisco, em Juazeiro. A ferrovia, obra do governo imperial, começara a ser construída em 1858, na Calçada do Senhor do Bonfim, em Salvador, mas

12. Santos (2010, p. 165) afirma que o mapa da região, feito por Theodoro Sampaio, foi utilizado pelo Ministério da Guerra para organizar a última expedição militar contra Canudos. A amizade entre Theodoro e Euclides da Cunha, iniciada em 1895, quando este último assumiu o posto de engenheiro ajudante da Superintendência de Obras da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, contribuiu para o escritor de *Os sertões* entender a região e interpretar a revolta. Ver: Santana (2001, p. 133-141).

13. Luiz Augusto Maia Costa (2003), a exposição "O sábio negro entre os brancos" (2008) e Ademir Pereira dos Santos (2010) utilizaram os diários, documentos manuscritos e impressos preservados no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, para narrar os caminhos percorridos por Theodoro Sampaio ao longo de sua vida profissional.

14. Sobre a CGGSP, ver Figueirôa (1987). A CGGSP foi dirigida por Orville Derby de 1886 até 1905. Foi extinta em 1931, quando foi absorvida por outras instituições.

15. Santos afirma que "a base geodésica estabelecida por Theodoro é considerada a primeira do Brasil" A rede primária de triângulos, lançada por Theodoro, cobriu um terço do território da província de São Paulo. Santos (citando Jorge Pimentel Cintra, 2010, p. 213) revela: "[...] por ter sido a pioneira, constituiu-se num marco da história da nossa cartografia e deu origem à primeira triangulação e ao primeiro protótipo que serviu de modelo e inspirou a série cartográfica".

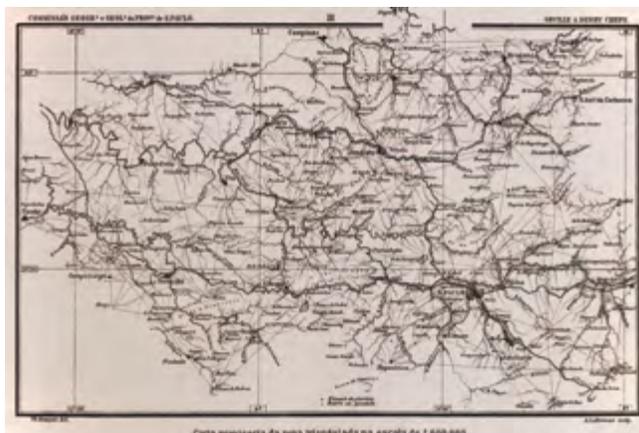
somente em 1896 foi aberta ao tráfego, ganhando notabilidade por ter sido utilizada para o deslocamento das tropas federais para combater na Guerra de Canudos.¹²

Theodoro costumava fazer anotações, registros escritos, cálculos e desenhos durante suas viagens. Anotava assuntos referentes às atividades ou observações sobre pessoas, coisas e lugares. Como, normalmente, era encarregado de redigir os relatórios das comissões, partes de seus diários eram incorporados aos textos oficiais e serviam para confeccionar as plantas cartográficas. Para os historiadores, os diários do engenheiro revelaram-se uma fonte documental extremamente importante para conhecer a biografia de Theodoro, como também, para compreender uma parte significativa do vasto território nacional, tal qual existia nos fins do século XIX.¹³

A vinda de Theodoro para São Paulo, em 1886, resultou do convite para trabalhar na recém-fundada Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, CGGSP.¹⁴ Um dos propósitos da comissão era desbravar o imenso território paulista, até então desconhecido, para incorporá-lo à expansão da cafeicultura, à diversificação de culturas e à criação de gado. Na CGGSP, Theodoro ocupou o cargo de primeiro ajudante de Orville Derby, na exploração do rio Paranapanema, para avaliar as condições de navegabilidade e o potencial econômico da região, uma das últimas fronteiras agrícolas para onde seguiam os cafezais e a ferrovia. Além da redação do relatório, coube a Theodoro o levantamento da carta geográfica, geológica e topográfica da Província de São Paulo. Desse trabalho resultou a primeira base geodésica do Brasil, cujo método de medição, baseado na rede de triângulos, fixou como ponto de referência Campo Largo, hoje Araçoiaba da Serra, próximo à fábrica de ferro Ipanema, na região de Sorocaba (Figura 2). Com o método e a precisão adotados pelo engenheiro foi possível elaborar a carta geográfica completa da província, até então inexistente (SANTOS, 2010, p. 212-213).¹⁵

Figura 2.
Carta provisória da zona trian-
gulada Província de São Paulo,
1886-1889

Fonte: Santos.13 No canto à direita está escrito Comissão Geogra. e Geol. da Prova. de S. Paulo; abaixo, à esquerda, está assinado Th. Sampaio Del. No alto, à direita, Orville A. Derby. Chefe e abaixo, à direita, A. Lallemand sculp.



A saída de Theodoro da CGGSP deveu-se provavelmente às novas frentes de trabalho que se abriam, decorrentes da mudança de regime político e da necessidade urgente de criação de instituições voltadas para intervir nos problemas de saneamento e de salubridade provocados pelo crescimento acelerado da população e da cidade de São Paulo. O processo de urbanização levou à ocupação crescente de terrenos e, para efetivamente estender o espaço ocupado, era preciso: sanear as várzeas do Carmo e do Glicério e recuperá-las; abastecer com água potável uma crescente população, que desafiava a capacidade de abastecimento dos chafarizes, das bicas e dos poços; construir um sistema de esgoto condizente com as necessidades da extensão do espaço urbano e do crescimento da população; e construir uma rede de transporte coletivo para atender aos novos bairros incorporados ao perímetro urbano.

Quando ainda estava ligado à CGGSP, em 5 de junho de 1890, Theodoro foi nomeado pelo presidente do estado, Prudente de Moraes, para compor a Comissão de Saneamento das Várzeas da Capital, com Antonio Francisco de Paula Souza, então diretor da Superintendência de Obras Públicas. A comissão foi encarregada de estudar de forma sistemática os terrenos e a hidrografia dos rios Tamanduateí e Tietê; mapear e elaborar plantas; organizar projetos e elaborar orçamentos das obras para o saneamento e o embelezamento da várzea do Carmo (CAMPOS, 2010, p. 209). Fazia parte das tarefas o estudo das

causas dos transbordamentos dos rios Tamanduateí e Tietê, a fim de definir obras que evitassem os alagamentos e as enchentes durante os chuvosos verões paulistanos. O relatório da comissão, redigido por Theodoro, sintetizava os problemas a serem enfrentados:

A cidade de S. Paulo é pois um grande centro de população talvez com mais de 100.000 habitantes, onde tudo está por fazer no que respeita ao saneamento e embelezamento, não obstante os grandes esforços expendidos, com este intuito, nos últimos tempos.

As várzeas úmidas e cobertas de vegetação características elaboram continuamente os germens dessas enfermidades variadíssimas de fundo palustre, que infelizmente podem ainda, com acúmulo de população se tornarem temíveis epidemias. Para uma cidade próspera como tem sido esta nestes últimos quinze anos, uma crise de saúde é o maior dos desastres”.[...]

As construções avultam, a cidade cresce, a população avoluma-se sem se lhes poder medir a proporção, e entretanto os logradouros públicos são ainda focos pestilenciais; as Ruas não se calçam com a celeridade precisa; os ribeiros que atravessam a cidade têm as águas criminosamente poluídas; a água potável ainda não canalizada na quantidade indispensável; os esgotos reduzidos ainda à pequena área no perímetro da cidade; as várzeas convizinhas cheias de depressões onde as águas param estagnadas e onde fermentam os germens deletérios; as fossas ou sumidouros multiplicando-se nos bairros novos e infeccionando o subsolo com infiltrações perigosíssimas; o asseio das Ruas e praças públicas muito incompleto; o asseio das casas e quintais imperfeitos, quando não totalmente descurado.[...]

Este estado de cousas não é muito animador para uma cidade que recebe gente nova todos os dias, a qual por sua mais fácil receptividade, se pode tornar veículo das maiores calamidades para a

16.
Para conhecer as atividades de Theodoro Sampaio na reparação de águas e esgoto, consulte Costa (2003) e Santos (2008).

saúde pública, fornecendo o meio apto às violentas explosões epidêmicas.

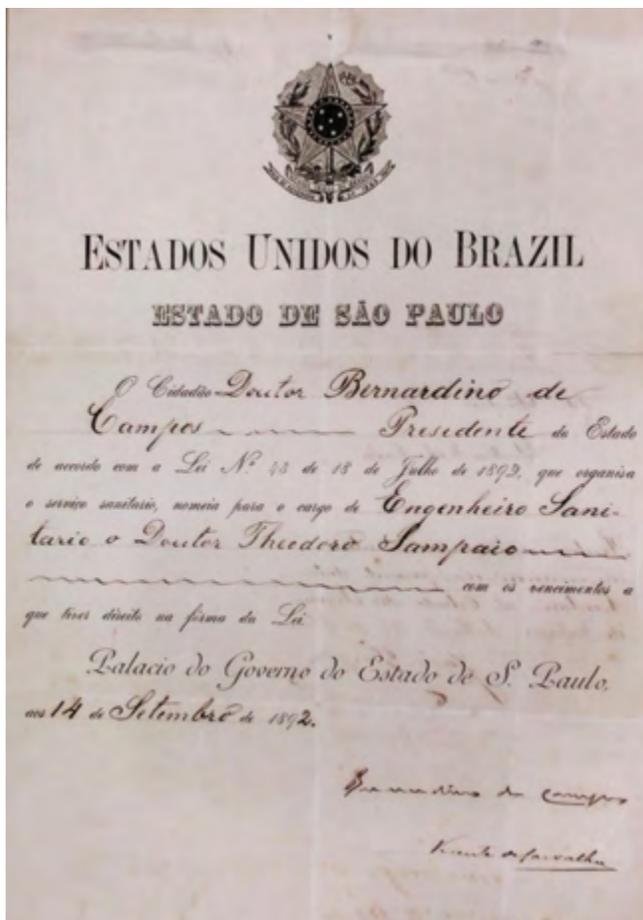
Por fim, concluiu:

O saneamento da cidade de S. Paulo é uma garantia da prosperidade do Estado inteiro; por isso as despesas necessárias para aqui proteger a saúde pública redundam em bem geral, não são gastos improdutivos ou de caráter local, são adiantamentos ao bem comum, formando o crédito da terra paulista. (Comissão do Saneamento das Várzeas. (Relatório dos Estudos para saneamento e aformoseamento das várzeas adjacentes à cidade de São Paulo apresentado ao Presidente do Estado Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, pela Comissão para esse fim nomeada em 1890 pelo então governador Dr. Prudente José de Moraes e Barros. São Paulo, 1891. p. 13-15. Citado por CAMPOS, 2010, p.212).

Na comissão de saneamento das várzeas da capital paulista, Theodoro envolveu-se com novas questões, distintas das que, até então, enfrentara. Agora, as questões eram urbanas e refletiam uma cidade que crescia de forma exponencial, inflada por enormes contingentes populacionais aglomerados no perímetro central em habitações precárias, sem água e sem esgoto, onde tudo estava por ser feito. Os problemas não eram mais populações rarefeitas dos sertões e dos vales atravessados pela imensidão das águas do São Francisco ou pela estrada de ferro de Salvador-Juazeiro ou pelo rio Paranapanema, no sudoeste desconhecido de São Paulo. Novas preocupações marcaram os trabalhos do engenheiro: aglomeração populacional, logradouros públicos deteriorados, serviços públicos ausentes – água potável, rede de esgoto e sistema de transporte coletivo e moradias com higiene imperfeita.

A experiência na comissão de saneamento das várzeas da capital o qualificou para ocupar o cargo de engenheiro sanitário na recém-criada Diretoria de Higiene. Na Figura 3 consta a nomeação

Figura 3.
Nomeação de Theodoro Sampaio
Engenheiro Sanitário, 1892
Fonte: Araujo,Santos e Sena.12



feita pelo Presidente do estado de São Paulo Dr. Bernardino de Campos.

É provável que não existisse no Brasil um engenheiro mais bem qualificado e com a bagagem de conhecimentos e de experiências do que Theodoro para cumprir as tarefas de saneamento e de higiene sanitária no distrito de Santa Ifigênia, as quais ele próprio havia proposto ao secretário de Negócios do Interior.

De 1892 a 1904, Theodoro dedicou-se aos problemas urbanos da capital paulista, da cidade de Santos e de cidades do interior de São Paulo, acumulou as tarefas de engenheiro sanitário com as de chefe do serviço de água e esgoto da capital, de 1894 a 1898, e chefe da repartição de água e esgoto do estado de S. Paulo, de 1899 a 1903.¹⁶

17.
Relatório da Comissão de
exame e inspecção das habi-
tações operárias e cortiços no
districto de Sta. Ephigenia,
Apresentado ao cidadão
Dr. Cezario Motta Jr. M. D.
Secretario dos Negócios do
Interior do Estado de S. Paulo,
19 de outubro de 1893. Para as
referências do relatório e das
fichas, vou utilizar a edição fac-
-símile publicada pelo Arquivo
Público do Estado de São Paulo e
pela Imprensa Oficial do Estado
de São Paulo em 2010.

O Inquérito - o método de investigação

De 7 de julho a 30 de agosto de 1893, foi realizado o inquérito sobre as condições das moradias da população pobre do Distrito de Santa Ifigênia. Três meses depois, em 19 de outubro de 1893, os resultados foram apresentados ao Dr. Cesário Motta, no “Relatório da Comissão de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços no districto de Sta. Ephigenia”.¹⁷ Tratava-se de um dos primeiros documentos da era republicana, elaborado a partir do levantamento da realidade local de um bairro da cidade de São Paulo. O relatório procurou sintetizar os resultados da investigação realizada *in loco*, com visitas domiciliares e registro, em fichas, de informações sobre as condições materiais e humanas das moradias.

É possível deduzir do relatório que o levantamento contou com a presença dos membros da comissão, que se encarregaram de acompanhar as visitas, de anotar as informações fornecidas pelos moradores, de tomar as dimensões dos cubículos e de avaliar as condições higiênicas e sanitárias das pessoas, das coisas e dos lugares. Assim, consta-se na descrição do relatório.

As visitas domiciliares, em boa hora postas em prática [...]effetuadas como são hoje por pessoal competente, dedicado e cheio de prestígio, vieram pôr em relevo essa chaga occulta no coração da cidade e para ella chamar a attenção do poder público, em proteção da classe operária, nas tristes condições de seu viver, em uma cidade ainda tão nova, onde a vida, de modo algum, pode descer às condições miseríssimas das velhas populações da Europa, tão largos são os recursos de que ainda podemos dispor[...] (RELATÓRIO, 1893, p.93-94).

Como instrumento de pesquisa, foi impressa uma ficha-padrão que continha, no campo superior, informações gerais e, no inferior, informações específicas de cada unidade habitacional. Os dados gerais abrangiam: tipo de habitação, endereço, logradouro, data da visita; nome do proprietário; nome do locatário ou encarregado; área livre (m²); área construída (m²);

18.
O processo de investigação relembra as investigações realizadas por Theodoro na Comissão Hidráulica do Império e na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Como naquelas comissões, aqui também existia a preocupação em produzir conhecimento com base na ciência, com objetividade e com métodos precisos.

número de casinhas ou cubículos; população existente e excesso de lotação. Ainda no campo superior havia espaço em branco para que o inspetor fizesse suas “Observações” e “Prescrições” gerais.

No campo inferior da ficha, o preenchimento era mais complexo, pois eram demandadas informações sobre cada um dos cubículos ou casinhas existentes, ou seja, sobre cada unidade habitacional: nome do inquilino; nacionalidade; dimensões: frente, fundo, altura, capacidade em metros cúbicos; lotação existente-número de adultos, de menores e o total; excesso de lotação e aluguel em valor. Afora os dados objetivos, a ficha continha, na parte superior, dois campos para avaliação das condições sanitárias e higiênicas. O conteúdo da avaliação manuscrita pelo membro da comissão era dividido entre “Observações” e “Prescrições”, para cada unidade habitacional ou cubículo. Esses dois itens permitiam ao membro da comissão escapar da objetividade dos dados para emitir um parecer de conteúdo subjetivo, embora se baseasse no objeto investigado.

A descrição pormenorizada do método empregado pela comissão tem o propósito de se avaliar a real dimensão do cuidado no procedimento empregado para se conhecer o objeto da investigação. Havia uma clara preocupação em observar e registrar a realidade da forma mais objetiva possível – daí a visita ao local e o uso da ficha padronizada para o levantamento dos dados. Ao mesmo tempo, o examinador propunha medidas de intervenção, por meio da reforma ou da demolição dos cortiços.¹⁸

No relatório (1893, p.93), a comissão justificava o exame das condições higiênicas das habitações operárias: “era uma necessidade que se impunha ao poder público como parte integrante de um plano de saneamento”. A zona delimitada para inspeção fora atingida mais de uma vez por epidemias. A habitação operária era “o ponto vulnerável” de um plano de saneamento da capital e do sistema de defesa da higiene urbana. Como “ponto vulnerável” a comissão queria dizer que não bastava melhorar as condições de abastecimento de água, do serviço de esgoto e da drenagem do solo, se a habitação não fosse também

alvo da mudança. Nos últimos dez anos, a população da capital triplicara, e era preciso que o poder público cuidasse da moradia do pobre:

[...] daquela[moradia] onde se accumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres,repulsivas algumas, onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, n'umaquasi promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a hygiene repele (RELATÓRIO, 1893, p. 93, grifo do texto original).

O poder público, como foi visto pela atuação de Theodoro Sampaio na Comissão de Saneamento das Várzeas da Capital, já iniciara a realização de obras de saneamento na capital. Naquele mesmo ano de 1893, começaram as obras de construção e de reforma da rede de água e de esgoto da capital, com a encampação da Cia. Cantareira de Exgottos pelo estado de São Paulo. Entretanto, segundo o relatório, a última epidemia, somente encerrada em julho de 1893, deixara duas lições: o mal eclodiu onde as condições do meio e da topografia eram as mais propícias para o seu desenvolvimento, e a população operária foi a que mais sofreu as suas consequências. Para o bem da saúde, o poder público deveria intervir na correção das más condições topográficas urbanas e

[...]regulando de modo severo as condições a preencher não só as habitações de character particular como as habitações communs, isto é, as estalagens, cortiços, hotéis, casas de dormida etc. No caso das condições topográficas, o estado deve intervir, executando obras de saneamento; quanto ao segundo, cabe ao estado impor [...] regulamento à industria da construcção e locação dos prédios (RELATÓRIO, 1893, p.94 grifos do texto original).

[...] Os largos dispêndios a que são forçados os cofres públicos nas obras de saneamento geral nos serviços mantidos em bem da hygiene defensiva justificam,

quando não fosse a necessidade de salvação pública, as medidas de rigor para conter a exploração gananciosa dos que constroem sem consciência e dos que locam e sublocam prédios sem atenção às leis da moral e da vida dos seus inquilinos (RELATÓRIO, 1893, p.94).

Para intervir, o poder público deveria munir-se de “leis de hygiene” e, com base nelas, mandar demolir ou reformar “o que não pode permanecer sem correctivo [...]”. Esta preocupação com a legislação manifestada no relatório iria se efetivar no ano seguinte, com a promulgação do primeiro Código Sanitário do estado de São Paulo.

O Relatório – redação e tópicos

O capítulo primeiro do relatório foi marcado pelo estilo introdutório, o qual situava o problema geral e finalizava com um tom rigorosamente condenatório das práticas dos proprietários das habitações alugadas aos operários. Nos capítulos seguintes, o relatório tratou de esmiuçar o problema, abordando-o por diversos ângulos, distribuídos em sete capítulos, intitulados: “Descrição da zona afetada pela epidemia”; “Do tipo das estalagens, cortiços ou habitações operárias entre nós”; “Distribuição dos cortiços e estalagens pela zona afetada”; “Medidas a tomar quanto aos cortiços e estalagens”; “Das providências a tomar quanto aos cortiços condenados”; “Dos tipos das habitações e vilas operárias a adotar”; e, por fim, “Da situação das vilas operárias”.

Algumas evidências nos levam a crer que o relatório foi redigido por Theodoro Sampaio, embora haja elementos de incerteza. Três elementos convergem para a aceitação de que o relatório foi redigido por Theodoro: nas comissões anteriores, Theodoro sempre foi o encarregado de redigir os relatórios. Assim ocorreu na Comissão Hidráulica do Império, na Comissão do rio São Francisco, na CGGSP, nos estudos do rio Paranapanema e na Comissão de Saneamento das Várzeas da cidade de São Paulo. Outro elemento de convergência: o estilo e a estrutura do relatório denunciam o seu escritor.

19. Autores que estudaram Theodoro Sampaio reproduzem manuscritos que permitem conhecer sua letra e pudemos fazer a comparação entre as caligrafias. Veja em ARAUJO; SANTOS; SENA, 2008, p. 113-130.

20. A questão da autoria do relatório da comissão de exame e inspeção das habitações operárias é levantada pela primeira vez neste artigo. Recentemente, no Seminário "120 anos de Legislação Sanitária", na Faculdade de Saúde Pública da USP, encontrei o prof. Luiz Augusto, perguntei sobre o assunto e obtive a resposta aqui escrita. No Arquivo Theodoro Sampaio do IHGB há vários relatórios redigidos por Theodoro e que mostram sua atuação na construção das obras de abastecimento de água, esgoto, saneamento e no sistema de transporte, mas não este sobre habitação operária. Consulte as referências em Costa (2003, p.338-340).

21. Cito apenas alguns: Blay (1985), Bresciani (2010), Cerasoli (2004), Mota (2005), Ribeiro (1993, 2010), Rodrigues (2010).

22. Cerasoli (2004, p. 233) refere-se a um estudo topográfico contratado pela Câmara para levantamento da planta das ruas: Bom Retiro, Protestantes, Triunfo, Andradas, Santa Ifigênia, Aurora, Vitória, Gusmões, Duque de Caxias, General Osório e Campos Elíseos em 1886. O contrato assinado pelo engenheiro Domingos Correa de Moraes visava a obras hidráulicas, alinhamentos e nivelamentos. À exceção da Rua Campos Elíseos, as demais faziam parte da área investigada, o que confirma sua importância para a administração municipal.

E, por fim, os manuscritos – a caligrafia tem traços e desenhos de letras semelhantes aos de outros relatórios redigidos por Theodoro.¹⁹ Mas a dúvida persiste, já que um dos principais estudiosos da obra do engenheiro, Luiz Augusto Maia Costa, afirma que nos diários e na documentação disponível no Arquivo Theodoro Sampaio do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia não há referência à comissão e/ou ao relatório.²⁰ Além disso, corrobora o conhecimento de Costa o fato de que, no relato autobiográfico de 1936, feito a pedido do sociólogo norte-americano Donald Pierson, Theodoro não menciona sua participação na Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ifigênia e nem tampouco o relatório, embora diga que ocupou o cargo de engenheiro sanitário a convite de Vicente de Carvalho, então secretário de estado dos Negócios do Interior (ARAUJO; SANTOS; SENA, 2008, p. 141-149).

Dada a importância do inquérito, que se tornou fonte documental de referência e de consulta obrigatória de historiadores, sociólogos e urbanistas nos estudos sobre a cidade de São Paulo,²¹ o comprometimento de Theodoro na redação do relatório revelariam uma nova dimensão da contribuição deste engenheiro para o processo de urbanização de São Paulo, para além daquelas amplamente reconhecidas: saneamento das várzeas do Tamanduateí e do Tietê, construção da rede de abastecimento, do sistema de esgoto e de transporte.

Geografia, geologia, topografia – solo, águas, detritos, luz solar e ruas

O primeiro tópico do relatório circunscreveu a área onde a epidemia de febre amarela eclodira – o quadrilátero limitado pelas Ruas Duque de Caxias, Visconde de Rio Branco, Vitória e Triunfo e mais o triângulo formado pelo Largo do General Osório²² (Figura 4.). Primeiramente as características geológicas foram ressaltadas: a área correspondia à antiga bacia palustre, uma primitiva lagoa que fora aterrada. Seguiam a descrição geológica e a caracterização topográfica: a área estava localizada em uma

23.

Em 1898, Theodoro Sampaio foi nomeado chefe dos Serviços de Água e Esgoto do Estado de São Paulo. Nesse cargo permaneceu até 1903. Sob sua direção, foram feitas a instalação e a restauração da rede de água e esgoto da capital e de Santos. Seu pedido de demissão do cargo está envolto em mistérios de uma rede de intrigas, na qual foi enredado, quando da execução das obras de saneamento de Santos. Ver Costa (2003, p. 25 e capítulo 6). Isso o levou a retornar ao seu estado natal, a Bahia.

depressão, e os quarteirões situados no seu interior mostravam drenagem imperfeita. Assim, os terrenos eram úmidos e, durante a época das chuvas, nos vales paulistanos formavam-se verdadeiras lagoas de águas pluviais, que somente desapareciam com a ação solar contínua. A rede de esgoto, recém-instalada de forma incompleta em algumas ruas, funcionava precariamente: não permitia o escoamento e fazia refluir o material das galerias durante as estações chuvosas. Os inúmeros prédios construídos na região ocultavam a depressão da bacia palustre, impediam a drenagem e dificultavam a secagem pela ação solar.

Uma das ruas mais populosas da área, a Rua dos Gusmões, tinha uma grande parte de seu eixo na depressão, com um desnível acentuado de três metros em relação às ruas Visconde do Rio Branco e Bom Retiro. Os conhecimentos de Theodoro sobre topografia levaram-no à seguinte constatação:

A bacia palustre inclina-se, portanto, para Nordeste, na direção da Rua dos Gusmões que é o seu maior comprimento e escôa-se pela Rua do Bom Retiro, nas imediações da estação Sorocabana, cortando os trilhos da estrada inglesa em demanda do Bairro do Bom Retiro por onde vai ao Tietê (RELATÓRIO, 1893, p. 97).

As dificuldades com o escoamento da água não eram as únicas, pois também as condições do subsolo eram desfavoráveis. O lençol de água subterrâneo era raso, próximo à superfície; assim, os poços examinados tinham camada líquida entre 1,8m. e 3m. de profundidade, o que comprometia a qualidade da água. As obras de calçamento mal feitas e com desníveis mal calculados impediam a água de fluir. Logo, a drenagem proposta pela comissão para sanear a antiga bacia palustre era subterrânea e profunda, a fim de ser eficaz, o que envolvia a reforma da rede de esgotos.²³

A descrição detalhada da natureza do solo, das declividades, dos cálculos das diferenças de níveis entre as ruas situadas na depressão da primitiva

Figura 4.
Planta Cadastral da cidade de São Paulo. Vista parcial de Sta. Ephigênia
Fonte: Relatório.17Planta Cadastral. Levantada sob a direção do Engenheiro V. Huet de Bacellar em 1892. As marcas em vermelho foram feitas pela comissão para assinalar as habitações operárias. A área demarcada em negrito pela autora corresponde à investigada.



lagoa etc. revelava a incorporação de conhecimentos de geografia, geologia e topografia à análise da inspeção dos cortiços do distrito de Santa Ifigênia. É evidente que as experiências e a bagagem de conhecimento do engenheiro Theodoro Sampaio influenciaram na forma de descrever o objeto da investigação e se refletiram na estrutura do relatório. Seu método privilegiava, em primeiro lugar, a observação do espaço, da geografia, da geologia, da topografia do terreno, onde se adensavam as construções destinadas à habitação do trabalhador. Isso nos remete à importância crescente que ganhavam as ciências naturais. Ao longo do século XIX, houve uma ampliação do emprego dos saberes das ciências no espaço urbano (BRESCIANI, 2010, p. 28-32; CERASOLI, 2004, p.194). Neste relatório fica patente essa importância.

As habitações operárias - os cortiços

Uma das principais características das ciências naturais envolve a classificação, a ordenação e a nomeação específicas feitas com base na descrição minuciosa do objeto investigado, para evitar confundir coisas distintas. Ordenar as habitações operárias de acordo com suas características específicas foi o objetivo do terceiro capítulo. A nomenclatura “habitações operárias” era genérica. Era preciso diferenciar, distingui-las, por meio da descrição dos tipos

de habitações encontrados. Ao todo, a comissão classificou cinco tipos: cortiço; casinhas; hotel-cortiço; sobrados convertidos em cortiços; e cômodos de aluguel nos fundos de vendas ou tascas.

Ao encerrar a descrição, a comissão condenava o “abuso” praticado por proprietários de oficinas, de canteiros, de cocheiras e de estábulos que, sem escrúpulos, alugavam cômodos sem higiene e sem condições de “habitabilidade”. Neste tipo de moradia improvisada estaria o último tipo de habitação para os operários.²⁴

Uma vez caracterizados os tipos de habitações, o relatório voltou-se para estudar sua distribuição pelas ruas da “zona affectada pela epidemia” (Figura 4). Percebe-se a aplicação da geometria espacial para o esquadramento da zona, tendo como ponto de referência a antiga bacia palustre. Para se aproximar do objeto – habitações operárias –, a comissão tomou as ruas longitudinais à bacia palustre, no trecho com maior depressão: as Ruas dos Gusmões e General Osório. Justamente nestas ruas havia uma grande concentração de cortiços, 26 ao todo. Como era de se esperar nas áreas mais deterioradas concentravam-se o maior número de cortiços. À medida que se afastava da zona de depressão, diminuía as habitações mais precárias e deterioradas (RELATÓRIO, 1893, p.103).

Em seguida, a comissão descreveu as ruas transversais à antiga bacia: a distribuição dos cortiços seguia a mesma orientação, ou seja, nas ruas mais úmidas, correspondendo a parte mais baixa da bacia, localizava-se o maior número de cortiços. Este é o caso da Rua Santa Ifigênia, que tinha metade de sua extensão dentro da bacia, onde se localizavam 16 cortiços. Essa era a rua com maior número de cortiços.

Futuro traçado para a habitação operária

Nos capítulos cinco e seis, a comissão dedicou-se a prescrever as medidas para melhorar a higiene das moradias operárias. Qualquer providência deveria ser “enérgica”, asseverava a comissão. Como primeira medida, anunciava que o poder público

25.
Constavam do relatório, em anexo, duas plantas, I e II, para habitações operárias de “caracter urbano”. A casinha da planta n. I era “o mínimo das construções deste gênero toleradas dentro da cidade [...]”; “[...] o typo indicado na planta n. II tem aspecto mais elevado [...]”; a planta n. III era o tipo representado para vilas operárias (RELATÓRIO, 1893, p. 111).

deveria proibir a construção de novos cortiços dentro da zona examinada. Em segundo lugar, que os cortiços passíveis de reformas fossem, de fato, reformados, segundo “a hygiene impõe e a polícia deve exigir”. A comissão especificava as reformas para a manutenção dos cortiços, em termos de área livre e área construída, os materiais empregados e número de habitantes por latrina, por tanque e por metro cúbico. Na parte externa do cortiço, a atenção voltou-se para drenagem, latrinas, calçamento, esgoto e eliminação dos poços (RELATÓRIO, 1893, p. 104-5). Com respeito à parte interna, o cubículo, a reforma abarcava 10 itens, desde o pé-direito de 3,5m a 4m à extinção de alcovas. Nesta parte, a atenção voltou-se para ventilação, iluminação, isolamento do soalho e caiação. O mínimo de metros cúbicos por pessoa foi determinado em 15m³.

Quanto aos cortiços condenados, foram arroladas três medidas a serem seguidas: o “interdicto”, coagindo os moradores a desocupar a área em prazo curto e os proprietários a reformar o imóvel, de acordo com o plano submetido ao órgão municipal competente; a “demolição” de prédios condenados, o poder municipal possuía a faculdade de exigir; e, por fim, a “desapropriação por utilidade pública”, prerrogativa dos poderes municipal e estadual, “o meio mais enérgico” para eliminar os cortiços condenados pela hygiene.

Um prédio condemnado pela hygiene pode ser immediatamente desapropriado e a sua habitação interdicta desde logo.

De posse do prédio o governo chamará então concurrente para a demolição delle pondo logo em hasta pública a construção no mesmo local de uma villa operaria do typo que a hygiene apontar como o mais adequado à população a que vae servir.

Este recurso terá de ser utilizado mais geralmente, porque não só é o mais efficaz, como por acatar melhor o interesse particular, por via de regra,

muito melindroso (RELATÓRIO, 1893, p. 108-109, grifos do original).

Nos dois últimos capítulos, sétimo e oitavo, a comissão voltou seu foco para o futuro da habitação operária e da cidade de São Paulo, tomando a cidade como um todo.

Esses últimos capítulos me fazem supor que os membros da comissão tivessem se colocado as seguintes questões: Como tratar o problema da habitação higiênica para a classe operária numa cidade com crescimento galopante? Onde incluir a crescente população trabalhadora no espaço urbano? Como o poder público poderá incentivar a construção de casas higiênicas para operários?

A resposta àquelas questões foi dada por meio da elaboração de um verdadeiro manual de construção de habitações e de vilas operárias, inclusive com plantas descritivas, de acordo com exigências da higiene e da saúde pública. Mas a comissão foi além do manual de construção e dos projetos, ao indicar os locais onde as vilas deveriam ser construídas. Um verdadeiro plano de ocupação do espaço urbano, com vilas destinadas à inclusão da classe operária na cidade de São Paulo, acabou sendo proposto pela comissão.²⁵

A comissão mapeou os lugares para a construção das vilas operárias: Santana, nos campos entre o rio Tietê e a Serra da Cantareira; terrenos distantes a 5 km do centro, servidos por linhas de *bonds* e, futuramente, com serviços de *tramway* e abastecimento de água; terrenos vizinhos da estação de Pirituba, da Água Branca e dos Campos de Perdizes, servidos pelos trilhos da Estrada de Ferro SP Railway, a inglesa. Do mesmo modo, os terrenos altos, no entorno da várzea de Tamandateí; os do Pary, os da Mooca, Ipiranga, São Bernardo e São Caetano, todos servidos pela estrada de ferro inglesa - Santos - Jundiaí. Na Penha e em Tatuapé, terrenos baldios nas proximidades das estações da linha férrea do Norte e da de Santo Amaro. E, por fim, as terras devolutas em torno da várzea de Pinheiros.²⁶

26. Blay (1985, p. 75) afirma: “E, de fato, a história mostrou que nestes terrenos todos foram construídas vilas operárias um pouco mais tarde”.

27. Não me refiro ao sentido religioso, mas como lugar de confusão, onde convivem muitos indivíduos, aglomerados, uma profusão de línguas, de costumes e de tradições, onde um não entende o outro devido à diversidade. A confusão aparece na construção do cortiço, tal qual na torre de Bruegel.

28. Não há a informação sobre o número de habitantes.

29. Em trabalho anterior citado (RIBEIRO, 2010, p.61 a 78), elaborei duas tabelas gerais, nas quais tabulei as informações contidas nas 65 fichas. No presente artigo utilizo aquelas estatísticas.

30. Os tipos de habitação que aparecem na tabela 1 e seus números foram extraídos das 65 fichas, por isso são distintos dos que apareciam no relatório da comissão (RIBEIRO, 2010, p. 48).

Como incentivo ao capital, eram indicados favores a serem concedidos pelos governos municipal e estadual: garantia de renda de 10% sobre o capital investido na construção; isenção de impostos municipais e estaduais sobre o prédio; concessão de privilégio de transporte por ônibus ou diligências do centro da cidade até a vila operária. Das medidas de incentivo à construção de casas e vilas operárias, duas visavam os trabalhadores: controle dos preços dos aluguéis pelo poder municipal e facilidades para a compra a prazo das casas pelos próprios operários.

As Fichas de exame e inspeção - a população dos cortiços de Santa Ifigênia

Neste item, a intenção é garimpar as riquezas contidas nas fichas que foram inexploradas no relatório da comissão. Pretendemos trazer à luz as informações registradas nas fichas para responder a pergunta: quem eram os moradores dos cortiços de Santa Ifigênia no ano de 1893?

O relatório manteve silêncio sobre a existência de famílias, as nacionalidades, brasileiros, estrangeiros, mulheres, homens, adultos, menores. Quem eram os operários reunidos naqueles cortiços, que transitavam pelas ruas da zona afetada pela epidemia? A área investigada do distrito de Santa Ifigênia era de dimensões reduzidas, um pouco mais de 14 hectares (Figura 4), mas era uma verdadeira “Torre de Babel”,²⁷ reunia inúmeros indivíduos, de diversas nacionalidades, sexos e idades.

Nessa região restrita existiam numerosas “habitações destinadas à classe operária”, afirmava a comissão. No total, havia “60 cortiços” que abrigavam “1.320 indivíduos de todas as nacionalidades e condições” (RELATÓRIO, 1893, p.98). Das informações contidas nas 65 fichas, pudemos contabilizar que existiam 65 habitações classificadas; destas, 51 correspondiam ao tipo cortiço, onde moravam 1.028 indivíduos, de um total de 1.331 moradores. Nas 14 habitações restantes, distribuídas nos tipos casinhas (7), casa de pensão (3), hotel (2), estalagem,²⁸ (1) restaurante (1), habitavam os demais.

Figura 5.
A Torre de Babel, por Pieter
Bruegel(o Velho)
Fonte: Museu de História da Arte
de Viena.



Os cortiços eram, portanto, o tipo de habitação operária dominante no distrito de Santa Ifigênia, correspondiam a 78,4% do total e concentravam 77,2% da população total recenseada pela comissão.²⁹

Vamos concentrar a análise nos cortiços e, eventualmente, trazer alguns aspectos dos demais tipos de habitação. A Tabela 1 servirá de base para a análise, pois permite traçar a distribuição das habitações dos operários fichadas no inquérito.³⁰

Do total de tipos de habitação, os cortiços correspondiam a 78% das moradias para trabalhadores. Nos 51 cortiços existiam 328 cubículos. Cubículo era a unidade básica da moradia; entretanto, 32 estavam desocupados, por terem sido anteriormente interditados pela ação dos delegados de higiene. Os cubículos ocupados, em número de 296, abrigavam 1.028 indivíduos, entre adultos e menores. Do total de 1.331 indivíduos habitantes nos seis tipos de moradias “operárias”, 77% estavam nos cortiços. O que demonstrava que o cortiço era, de fato, a moradia típica dos trabalhadores da cidade de São Paulo em 1893.

Nas fichas encontrava-se o registro nominal de três indivíduos: o proprietário da habitação, o encarregado ou locatário da habitação e o inquilino do cubículo, algumas vezes indicados pelos seus nomes completos e com sua nacionalidade mencionada. As

Tabela 1. Tipos de habitações operárias e moradores do bairro de Santa Ifigênia, 1893.

Tipos de Habitação	Cortiços	Casinhas	Casa de Pensão	Estalagens	Hotéis	Restaurante	Pop. Total
Número de habitações	51	7	3	1	2	1	65
Número de cubículos	328	39	11	28	16	10	432
Número de cubículos habitados	296	39	8	Sd	16	9	368
População	1.028	207	34	Sd	43	19	1.331
Pop. Adulta	738	151	33	Sd	37	16	975
Pop. de menores	290	56	1	Sd	6	3	356

Fonte: Fichas do Relatório de 1893 e Tabela Geral 1 e 2, elaboradas pela autora em Ribeiro (2010, p. 61 a 78)

informações sobre os inquilinos dos cubículos serviram para a montagem da Tabela 2.

Consideramos que a nacionalidade do inquilino do cubículo fosse estendida todos seus moradores; dessa maneira, foi possível obter o contingente de indivíduos por nacionalidade. Consideramos, também, que no cubículo em que houvesse um menor havia uma família. Esses pressupostos pareceu-nos bastante razoáveis, na ausência de informação sobre a relação de parentesco. Ou seja, se o inquilino, responsável pelo contrato e pelo pagamento do aluguel, fosse italiano, os moradores do cubículo deveriam ser da mesma nacionalidade; e, além disso, se aqueles indivíduos da mesma nacionalidade convivessem com menores, seria muito provável que formassem uma família. Com base nas Tabelas 1 e 2, analisamos a composição dos moradores dos cortiços na próxima seção.

Trabalhadores imigrantes

São Paulo, em 1893, era uma cidade de imigrantes, e os dados do “exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no districto de StaEphigenia” nos permitem dizer que, no centro da cidade e nas proximidades das estações de ferro, concentravam-se os estrangeiros provavelmente recém-chegados à cidade. As informações registradas nas fichas de

Tabela 2. Nacionalidades dos moradores das habitações inspecionadas no bairro de Santa Ifigênia, 1893.

Nacionalidades	Cortiços	Casinhas	Casa de Pensão	Estalagens	Hotéis	Restaurante	Pop. Total
Italiana	212	112	0	Sd	21	0	345
Portuguesa	279	39	3	Sd	0	4	325
Espanhola	149	17	0	Sd	0	0	166
Alemã	125	5	0	Sd	3	0	133
Brasileira	72	24	0	Sd	0	0	96
Polonesa	28	3	0	Sd	0	0	31
Sueca	14	0	0	Sd	0	0	14
Austríaca	10	0	0	Sd	0	0	10
Francesa	2	0	0	Sd	3	0	5
Dinamarquesa	4	0	0	Sd	0	0	4
Belga	3	0	0	Sd	0	0	3
SD	130	7	31	Sd	16	15	199

Fonte: Fichas do Relatório de 1893 e Tabela Geral 1 e 2, elaboradas pela autora em Ribeiro (2010, p. 61 a 78)

inspeção dos cubículos confirmavam o movimento imigratório e a própria formação do mercado de trabalho livre, poucos anos após a abolição do regime de trabalho escravo.

No censo populacional de 1890, na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia foram recenseados 14.025 habitantes, dos quais 3.450 eram estrangeiros, representando 24,5% dos habitantes do distrito. Somente na paróquia do Senhor do Bom Jesus Matozinhos do Brás havia mais estrangeiros do que em Santa Ifigênia, 5.512 para um total de habitantes de 16.807. A participação do estrangeiro na população do Brás era de 33%, bem acima da recenseada em Santa Ifigênia. A população total de estrangeiros no município da capital era de 8.968, dos quais quase 100% estavam no Brás e em Santa Ifigênia, 8.962. Os estrangeiros representavam 22% da população total da capital de 64.934 (BASSANEZI; FRANCISCO, 2002). Segundo Cerasoli (2004, p. 74) em 1893, na área central da cidade de São Paulo concentrava-se mais da metade da população paulistana

31. Da população total moradora nas habitações inspecionadas, 1.331, subtraí os indivíduos sem informação de nacionalidade, 199, e restaram 1.132 indivíduos. Foi sobre este total que calculei a participação das diversas nacionalidades. Os indivíduos sem informação da nacionalidade correspondiam a 15% do total da população das habitações operárias.

32. Deixamos a questão em suspenso, pois não conto com informações suficientes para uma resposta.

33. O aluguel médio do hotel era de 27\$333 (vinte e sete mil, trezentos e trinta e três réis) e o do restaurante era de 10\$285 (dez mil, duzentos e oitenta e cinco réis). Não há informação do aluguel nas casas de pensão. Parece estranho hotel e restaurante cobrarem aluguel, mas, quando eles se transformavam em habitação para trabalhadores pobres, era isso que acontecia.

que atingia mais de 65 mil habitantes. O rápido crescimento dessa área estava ligado ao constante fluxo imigratório, à expansão das atividades comerciais, industriais e de serviços e à proximidade com as estações de estrada de ferro.

Nas Tabelas 1 e 2, fica claro que, dos 1.331 indivíduos moradores nas habitações inspecionadas, excluindo-se aqueles para os quais não há a informação da nacionalidade, chegava-se a 1.132 indivíduos, dos quais 1.036 – ou seja, 92% – eram estrangeiros.

A maioria dos imigrantes era de origem italiana, 345 ou 30,5% entre os indivíduos com a informação de nacionalidade.³¹ Em seguida, vinham os portugueses, com uma presença muito significativa, 325, ou seja, 29%. Na terceira posição vinham os espanhóis, com 166, ou 15%; os alemães, com 12%. Outras nacionalidades, mas com reduzida participação, poloneses, 3%; suecos, 1%; austríacos, 1%; franceses, 0,4%; dinamarqueses, 0,4%; e belgas, 0,3% (Tabelas 1 e 2).

Os brasileiros representavam apenas 8,5%. Isso demonstra duas coisas: que a participação do trabalhador nacional no mercado de trabalho da cidade de São Paulo era pequena, ou que os trabalhadores nacionais não moravam no distrito de Santa Ifigênia.³²

Nos cortiços, por serem dominantes, a situação mostrava-se igual ou com pequenas variações em relação ao total das habitações inspecionadas. Dos 898 indivíduos com informação sobre a nacionalidade, 826 eram estrangeiros, ou seja, 92% dos moradores dos cortiços. Logo, reproduzia-se no cortiço a mesma proporção entre nacionais e estrangeiros observada para todos os tipos de habitação.

No cortiço, o grupo étnico com maior presença era o português, com 279 indivíduos, ou 31%, seguido pelo italiano, 24%, pelo espanhol, 17%, e pelo alemão, 14%. Essas quatro nacionalidades formavam o principal contingente de moradores dos cortiços: 86%. Acrescentando-se os brasileiros (8%), a participação das cinco nacionalidades atingia 94% dos moradores dos cortiços. Quando se observa apenas um tipo de habitação – o cortiço –, os grupos de

Cortico Rua do Bom Retiro N: 33 e 35 S. Paulo, 5 de Agost. de 1893

Nome do proprietário: *Faustina de Freitas*

Nome do locatário ou inquilino: _____

Data: _____

Localidade: _____

Numero de unidades ou cubiculos: *24*

Tipologia utilizada: *24*

Tempo de tempo: _____

Observações: *Com a achada de um apartamento a dividida em duas unidades alugadas a duas famílias, sendo cada uma com banheiro, cozinha e sala, e cada uma com dois quartos. Aluguel a pagar por mês três mil e oitenta e cinco réis.*

Prescrições: *Cláusula geral de locação e de aluguel.*

N.º de unidades ou cubiculos	INQUILINO	NOME	SEXO	NACIONALIDADE				ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	MENSAGEM DE ALUGUEL	OBSERVAÇÕES	PRESCRIÇÕES
				B	E	A	P					
1												
2												
3		<i>Adriano Casarotto</i>	<i>legado</i>									
4		<i>Antônio Casarotto</i>	<i>legado</i>									
5												
6												
7		<i>Adriano de Sant.</i>	<i>legado</i>									
8												
9												
10												
11												
12												
13		<i>Fernando de Sant.</i>	<i>legado</i>									
14		<i>Adriano</i>	<i>legado</i>									
15												
16												
17												
18												
19												
20												
21												
22												
23												
24		<i>Adriano de Sant.</i>	<i>legado</i>									

Figura 6. Ficha 52. Cortiço Rua do Bom Retiro Ns 33 e 35. S. Paulo, 5 de Agosto de 1893

Fonte: Relatório da comissão 17

nacionalidades com menor participação: poloneses (3%); suecos (2%); austríacos, (1%); franceses (0,2%); dinamarqueses (0,4%); e belgas (0,3%), apresentaram pouca diferença em relação ao conjunto da população para todos os tipos de habitação (Tabelas 1 e 2).

Nas casinhas, a participação de moradores de origem italiana era mais expressiva do que nos cortiços, atingia mais da metade dos moradores: 56%. Apesar de o aluguel médio dos cubículos das casinhas ser elevado, 47\$702 (quarenta e sete mil, setecentos e dois réis), contra 26\$834 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e quatro réis) dos cubículos dos cortiços.³³ Este fato pode significar que os imigrantes italianos ocupassem no mercado de trabalho uma posição melhor do que os demais, recebendo remuneração mais elevada, e poderiam arcar com aluguel mais elevado. No geral, a presença de estrangeiros nas casinhas foi menor do que nos cortiços: 88%; em compensação, a dos brasileiros elevou-se de 8,5 % para 12%.

29

Cortiço Rua dos Tymbiras N.º 31A S. Paulo, 4 de Agosto de 1893

Nome do proprietário: Tenente Coronel Cantinho
 Nome do locatário ou inquilino: Spas. Almeida (italiano)
 Ano: 1893
 Área construída:
 Número de unidades ou cubículos: 12
 População calculada: 60
 Estado de habitação: 11

OBSERVAÇÕES: Este cortiço é um grande e cómodo local de moradia, construído por Almeida de Almeida e alugado em duas parcelas. Não se fez mais habitação. Os locatários são poucos e não se fizeram mais habitações.

PRESCRIÇÕES: Seguir a planta dos cubículos existentes, que são os pontos de entrada. Deixar os pontos que não foram feitos e não fazer habitação de qualquer natureza a uma hora de distância.

N.º de habitação ou unidade	INQUILINO		DESCRIÇÃO				USOS HABITACIONAIS			N.º de habitação ou unidade	OBSERVAÇÕES	PRESCRIÇÕES
	NOME	NACIONALIDADE	Alt.	Prof.	Idade	Sexo	Estado	Prof.				
A (12)	José Reis	alemão	1,75	1,75	1,75	1	2	2	2	12,000	Cubículo de habitação com porta para a rua e com a sua própria de esgotos.	Seguir a planta existente, com exceção.
B (12)	Francisco Ferraz	português	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	Idem	Idem
B'	-	-	1,75	1,75	1,75	-	-	-	-	-	Idem	Idem
C (12)	José Lima	português	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	Cubículo alugado no n.º 11 (A).	Idem
C (12)	Alípio Almeida	português	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	-	Idem
C'	-	-	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	Cubículo alugado no n.º 11 (B).	Idem
D (12)	Almeida Maria Duarte	português	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	-	Idem
D'	Roberto Passarini	alemão	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	Cubículo alugado no n.º 11 (D).	Idem
E (12)	-	-	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	Cubículo com porta e janela, abertos de dia, fumos e ventos.	Idem
F (12)	Francisco Capri	alemão	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	Cubículo de habitação e abertos de dia.	Seguir a planta existente.
G (12)	-	-	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	Idem	Idem
H (12)	Almeida Antônio	português	1,75	1,75	1,75	2	2	2	2	12,000	Idem	Idem

Figura 7.
 Ficha 35. Cortiço Rua Aurora, N.º 39. S. Paulo, 3 de Agosto de 1893

Fonte: RELATÓRIO DA COMISSÃO

Figura 8.
 Ficha 34. Cortiço Rua Dos Tymbiras, N.º 31 A. S. Paulo, 4 de Agosto de 1893

Fonte: RELATÓRIO DA COMISSÃO 17

habitavam 62 pessoas, ou seja, 4,4 pessoas por cubículo. A presença de menores era expressiva: 23. As nacionalidades também eram variadas. Num dos cubículos com menores, por exemplo, habitado por um inquilino alemão, havia 2 adultos e 9 menores. Era um local com uma das menores cubagens: 5m3 por pessoa.³⁵ Afora esta família, moravam também no cortiço da Rua Aurora: quatro famílias de portugueses; uma de um italiano, uma de um espanhol e uma de um brasileiro. Todos os cubículos possuíam as mesmas dimensões e uma capacidade de 54,8m3 (Ficha 35).

Um grande cortiço, de propriedade do Tenente Coronel Cantinho, tinha grande número de menores e ficava na Rua dos Tymbiras. Ao todo eram 11 cubículos, onde se distribuía uma população de 41 pessoas – 19 adultos e 22 menores. Havia sete famílias: três espanholas; duas portuguesas, uma alemã e uma italiana. Dois adultos e seis menores moravam no cubículo do inquilino de nome Francisco

36.
O Código Sanitário de 1894, no art. 144 do capítulo 5, determinava para as casas para as classes pobres: “a lotação dessas casas não sendo permitidas aposentos de dormir com menos de 14m³ livres para cada indivíduo” (RIBEIRO, 2010, p.48).

Tabela 3. Nacionalidades dos moradores dos cubículos nos cortiços do bairro de Santa Ifigênia, 1893.

Nacionalidades	Cubículos	Adultos	Menores	Pop. Total
Alemã	29	73	52	125
Austriaca	2	5	5	10
Belga	1	3	0	3
Brasileira	25	59	13	72
Dinamarquesa	1	4	0	4
Espanhola	35	85	64	149
Francesa	1	2	0	2
Italiana	56	160	52	212
Polonesa	8	26	2	28
Portuguesa	79	184	95	279
Sueca	4	11	3	14
SD	55	126	4	130
TOTAL	296	738	290	1.028

Fonte: Fichas do Relatório de 1893 e Tabela Geral 1 e 2, elaboradas pela autora em Ribeiro (2010, p. 61 a 78).

Ferreira, português. O cubículo possuía as seguintes dimensões: 3,08m de frente, 3,9 m de fundo e 2,85 de altura. A cubagem era de 34,23m³; logo, existiam 4,27m³ por habitante³⁶. Este cubículo era alugado por 55\$000 (cinquenta e cinco mil réis), um valor bastante elevado para cubículo no cortiço. A comissão propôs o interdito de todos os cubículos como moradia nesse cortiço (Ficha 34).

Conforme a Tabela 1, nas habitações inspecionadas havia 356 menores, sendo que 81% habitavam os cortiços; em termos relativos, a participação dos menores era superior à da população adulta em cortiços, que era de 76%.

Na Tabela 3 é possível perceber que a presença de menores era mais expressiva em termos absolutos entre os portugueses – 95 menores. Os menores portugueses representavam 34% do total de moradores portugueses e 33% do contingente total de menores habitantes em cortiços. Entre os espanhóis se encontrava o maior contingente de menores em relação ao

Tabela 4. Nacionalidades e famílias do bairro de Santa Ifigênia, 1893

Nacionalidades	Famílias	Adultos	Menores	Men/fam	Total
Alemã	17	43	52	3,1	95
Austriaca	2	5	5	2,5	10
Brasileira	7	16	13	1,9	29
Espanhola	24	57	64	2,7	121
Italiana	23	54	52	2,3	106
Polonesa	1	2	2	2,0	4
Portuguesa	42	100	95	2,3	195
Suecos	3	7	3	1,0	10
SD	3	6	4	1,3	10
Total	122	290	290	2,4	580

Fonte: Fichas do Relatório de 1893 e Tabela Geral 1 e 2, elaboradas pela autora (RIBEIRO, 2010, p. 61 a 78).

total de indivíduos espanhóis: 43%, mas, em relação ao total de menores, sua participação era inferior à dos menores portugueses. Duas nacionalidades, a italiana e a alemã, surpreendem quanto à composição: o número de menores entre os alemães era grande: 52, ou seja, representava 42% dos imigrantes da mesma origem, porém a participação no contingente total de menores era pequena: 18%. Com os italianos se observa que o número de menores era o mesmo que o dos de origem alemã: 52, porém, no conjunto de imigrantes italianos, representava 24,5%, pois o número de italianos adultos era expressivo, 160 indivíduos, abaixo somente dos portugueses.

Na Tabela 3 é possível observar a relação entre a população da mesma origem e a ocupação de cubículos. As maiores lotações de cubículos ocorriam entre os austríacos: cinco indivíduos por cubículo, seguidos por alemães, 4,3; espanhóis, 4,2; e dinamarqueses, 4,0. A média de lotação por cubículo era de 3,5 pessoas.

Para finalizar, apresentamos uma síntese do número de famílias por nacionalidades. Aqueles 290 menores registrados nas fichas do inquérito (Tabela 3) estavam distribuídos em 122 famílias.³⁷ De acordo com a Tabela 4, as três principais nacionalidades

37.

O número de famílias deveria ser maior, mas, como a ficha não discrimina a relação de parentesco, consideramos que a presença de um menor no cubículo significava a existência de uma família.

por quantidades de famílias eram a portuguesa, a espanhola e a italiana. O número de menores alemães era igual ao de italianos, mas havia uma única família alemã com nove menores, o que concentrou o número de menores por família, fazendo que entre os alemães houvesse menor número de famílias. Uma grande parte das famílias, como descrito no relatório, morava na Rua dos Gusmões, uma das mais deterioradas do distrito de Santa Ifigênia, onde se localizava a maior parte da depressão da antiga bacia palustre.

Considerações finais

O inquérito das habitações operárias de Santa Ifigênia representou um passo importante para o poder público municipal e o estadual reconhecerem a situação dos moradores pobres da capital, “onde tudo está por fazer”, como dizia Theodoro, para garantir a salubridade: obras de abastecimento de água; construção de canais e galerias para esgoto; e, sobretudo, construção de habitação higiênica para os trabalhadores pobres.

No inquérito, a participação de engenheiros e médicos refletia a preocupação de garantir o rigor na aplicação do método de investigação e dos “conhecimentos científicos” na descrição da topografia e da geologia e nas observações e avaliações dos vícios das construções dos cortiços: falta de iluminação e de ventilação, falta de esgoto e drenagem, umidade do solo; latrinas e tanques fétidos e escassos para o número de moradores.

A preocupação do primeiro engenheiro sanitário do Estado de São Paulo, Theodoro Sampaio, que propôs o exame e a inspeção das habitações operárias no distrito de Santa Ifigênia, era empregar métodos de investigação precisos semelhantes aos adotados pelas comissões científicas de exploração dos rios para torná-los navegáveis, do território para a expansão da fronteira agrícola e para o assentamento dos trilhos da ferrovia. Conhecer o vasto território nacional e os seus rios; extrair o seu potencial para a expansão econômica, para instalação de meios de transporte e para a produção

de mercadorias nas terras incorporadas à economia mercantil era a aspiração do poder público, que criou diversas comissões científicas constituídas por geólogos, naturalistas e engenheiros na segunda metade do século XIX. Theodoro era um desses engenheiros e participou ativamente de muitas comissões. Ao propor a inspeção das moradias dos operários do distrito, onde eclodiram casos fatais de febre amarela, Theodoro trazia a experiência do engenheiro que atuava sobre a natureza para transformá-la. Era este o objetivo perseguido na investigação dos cortiços: conhecer aquela realidade de forma objetiva e prática, para modificá-la.

Com as ações práticas recomendadas pelas prescrições: reforma ou demolição de habitações inabitáveis, a comissão objetivava garantir mínimas condições de higiene nas moradias dos operários. Entretanto, as questões urbanas e habitacionais eram bem mais complexas do que aquelas enfrentadas no sertão do território nacional. Uma teia de interesses envolvia o problema habitacional para o trabalhador pobre, em uma sociedade recém-saída da escravidão. Entre esses interesses estavam os dos proprietários dos cortiços e dos especuladores imobiliários que freneticamente agiam na cidade para obter ganhos com o intenso crescimento da população, principalmente, de imigrantes. Prescrever reformas e demolições aos proprietários era inócuo. Com ênfase, a comissão condenava a atuação dos proprietários dos cortiços, mas tinha consciência – ou pelo menos assim expressava – de que, para enfrentar os abusos e os interesses contrários à melhoria das condições sanitárias das habitações, o poder público municipal e o estadual deveriam fiscalizar e fazer cumprir com rigor a legislação. Menos de um ano após o inquérito, foi promulgado o Código Sanitário, que incorporou, com respeito às habitações coletivas, as orientações derivadas do inquérito, cumprindo o desejo exposto pela comissão de armar o poder público com leis para enfrentar a ganância dos exploradores das moradias alugadas para os trabalhadores.

Numa cidade com crescimento exponencial, o diagnóstico do problema da habitação para o

trabalhador e sua família não se restringiu à área central mais degradada. A comissão extrapolou e projetou o futuro das habitações, propondo as vilas operárias e indicando os locais para sua construção, de forma a incorporar a crescente população trabalhadora ao espaço urbano. Nesse sentido, a comissão antecipou-se, ao invés de deixar a especulação imobiliária atuar livremente sobre o território urbano e definir uma segregação socioeconômica muito mais prejudicial para a população pobre-trabalhadora.

Por fim, ressaltamos a riqueza do documento produzido pela comissão de exame e inspeção, que não se esgota no relatório. É preciso explorar as fichas, que são uma fonte riquíssima de informações. É o que procuramos fazer na análise das informações preciosas sobre a origem dos habitantes e a presença de menores. Famílias de imigrantes vindos de diversas nações constituíam os moradores dos cortiços no ano de 1893, e os menores constituíam a próxima geração de trabalhadores, o futuro. Portanto, as ameaças de epidemias e as habitações insalubres comprometiam o futuro do mercado de trabalho da cidade de São Paulo. Os cortiços eram habitados por trabalhadores – 92% deles estrangeiros – e por famílias, ao todo 122, que envolviam 580 pessoas, entre adultos e menores, ou seja, 51% dos moradores dos cortiços pertenciam a uma família de portugueses, espanhóis, italianos ou alemães, as principais nacionalidades encontradas nos cortiços do distrito de Santa Ifigênia em 1893.

Referências bibliográficas

- Cerasoli JF. Modernização no plural, obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Tese (Doutorado) – Departamento de História, IFCH, UNICAMP, Campinas, 2004.
- Bresciani MS. Sanitarismo e configuração do espaço urbano. In: Cordeiro SL (org.). Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 15-35.
- Ribeiro MAR. História sem fim. Inventário da saúde pública em São Paulo: 1880-1930. São Paulo: UNESP, 1993.
- Costa LAM. Ideário urbano paulista na virada do século – o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903). São Carlos: RiMa; Fapesp, 2003.
- Ribeiro MAR. Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893). In: Cordeiro SL (org.). Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 39-78.
- Cerasoli JF. A grande cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na 1ª República. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, IFCH, Unicamp, Campinas, 1998.
- Campos C. Ferrovias e saneamento em São Paulo. O engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção da rede de infraestrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893. Campinas: Pontes, 2010.
- Cordeiro SL. Sobre o Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia, de 1893. In: Cordeiro SL (org.). Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 11-13.

- Rodrigues J. Da “chaga oculta” aos dormitórios suburbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX. In: Cordeiro SL (org.). Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 79-90.
- Pinto MIMB. Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- Teixeira LA. Na arena de Esculápio: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913). São Paulo: UNESP, 2007.
- Araujo E, Santos LC, Sena CP. O sábio negro entre os brancos: Theodoro Sampaio. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2008.
- Santos AP. Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades. Rio de Janeiro: Versal, 2010.
- Santana JCB. Ciência & arte. Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.
- Figueirôa SFM. Os modernos bandeirantes: a comissão geográfica e geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931), 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos AP. Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades. Rio de Janeiro: Versal, 2010.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO de exame e inspecção das habitações operárias e cortiços no districto de Sta. Ephigenia, Apresentado ao cidadão Dr. Cezario Motta Jr. M. D. Secretario dos Negócios do Interior do Estado de S. Paulo, 19 de outubro de 1893. In: Cordeiro SL (org.). Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010. p. 91-219.

Blay EA. Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

Mota A. Tropeços da medicina bandeirante. Medicina paulista entre 1892-1920. São Paulo: Edusp, 2005.

Bassanezi MSCB, Francisco PMSB (org.). Estrangeiros no Estado de São Paulo. Dados censitários 1854-1950. Campinas: NEPO – Núcleo de Estudos em População/Unicamp, 2002. CD-ROM.

Data de recebimento: 17/02/2016

Data de aprovação: 24/07/2017